



LEGISLAÇÃO

Lista de Legislação de interesse para o Poder Local

1. Atribuições e competências

- **Quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais** --- Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, alterado por Decreto---Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, Decreto---Lei n.º 268/2003, de 28 de Outubro, Lei n.º 107---B/2003, de 31 de Dezembro, Lei n.º 55---B/2004, de 30 de Dezembro, Lei n.º 60---A/2005, de 30 de Dezembro, Lei n.º 53---A/2006, de 29 de Dezembro, Lei n.º 67---A/2007, de 31 de Dezembro, Lei n.º 64---A/2008, de 31 de Dezembro, Lei n.º 3---B/2010, de 28 de Abril, e Lei n.º 55---A/2010, de 31 de Dezembro.
- **Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias** --- Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, Lei n.º 67/2007 de 31 de Dezembro, Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro e Lei 75/20013.

2. Autonomia Local

- Carta Europeia de Autonomia Local – ratificada pelo Decreto do presidente da república n.º 58/90, de 23 de Outubro.

3. Código do Procedimento Administrativo

- Decreto---Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro alterado por: Declaração de Retificação n.º 265/91, de 31 de Dezembro; Declaração de Retificação n.º 22---A/92, de 29 de Fevereiro; Decreto---Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro; Decreto---Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho.

4. Criação de Autarquias

- Criação e extinção de autarquias locais – Lei n.º 11/82, de 2 de Junho.
- Regime jurídico da criação de Freguesias --- Lei n.º 8/93, de 5 de Março
- Lei---Quadro da Criação de Municípios – Lei n.º 142/85, de 18 de Novembro.
- Regime de instalação de novos municípios – Lei n.º 48/99, de 16 de Junho.
- Classificação dos Municípios – Decreto---Lei n.º 77/84, de 8 de Março.
- Lei---Quadro das regiões Administrativas – Lei n.º 56/91, de 13 de Agosto.
- Lei de Criação das Regiões Administrativas – Lei n.º 19/98, de 28 de Abril.
- Lei que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial – Lei n.º

22/2012, de 30 de Maio.

5. Associações e outras formas de organização das autarquias

- Associações representativas dos Municípios e das Freguesias --- Lei nº 54/98, de 10 de Agosto
- Áreas Metropolitanas --- Lei 46/2008, de 27 de Agosto, estabelece o regime das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto
- Comunidades intermunicipais de direito público – Lei 11/2003, de 13 de Maio.
- Associações de Freguesias de Direito Público – Lei nº 175/99, de 21 de Setembro.

6. Contratação Pública e realização de despesas

- Código Dos Contratos Públicos --- Aprovado pelo Decreto---Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, republicado por Decreto---Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro e alterado por Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, por Decreto---Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, Lei n.º 64---B/2011, de 30 de Dezembro.
- Regime Jurídico de Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública --- Decreto---Lei nº 197/99, de 8 de Junho, alterado por Decreto---Lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro; Decreto---Lei n.º 1/2005, de 4 de Janeiro; Decreto---Lei n.º 43/2005, de 22 de Fevereiro; Decreto---Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, Decreto---Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, e Resolução da assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de Abril.

7. Eleições para as autarquias

- Lei orgânica da eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais --- Lei Orgânica n.º 1/2001 de 14 de Agosto, aletrado por Declaração de Retificação n.º 20---A/2001, de 12 de Outubro; Lei Orgânica n.º 5---A/2001 de 26 de Novembro; Lei Orgânica n.º 3/2005 de 29 de Agosto; Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro, e Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de Novembro. --- Lei nº 97/89, de 15 de Dezembro;

8. Eleitos Locais

- Controle público da riqueza dos titulares de cargos políticos ---Lei n.º 4/83 de 2 de Abril alterada pela Lei n.º 38/83 de 25 de Outubro, Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Lei n.º 19/2008, de 21 de Abril, Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho e Lei n.º 38/2010, de 2 de Setembro.
- Estatuto dos eleitos locais --- Lei n.º 29/87 de 30 de Junho, alterado por Lei nº 1/91, de 10 de Janeiro; Lei nº 11/91, de 17 de Maio; Lei nº 11/96, de 18 de Abril; Lei nº 127/97, de 11 de Dezembro; Lei nº 50/99, de 24 de Junho; Lei nº 86/2001, de 10 de Agosto; Lei nº 22/2004, de 17 de Junho; Lei nº 52---A/2005, de 10 de Outubro, e Lei nº 53---F/2006, de 29 de Dezembro.
- Limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais – Lei nº 46/2005, de 29 de Agosto.
- Regime de gestão limitada dos órgãos das autarquias locais e seus titulares – Lei nº 47/2005, de 29 de Agosto.
 - Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos --- Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, alterada

pela Lei n.º 39---B/94, de 27 de Dezembro, (Declaração de Rectificação n.º 2/95, de 15 de Abril) Lei n.º 28/95, de 18 de Agosto, Lei n.º 12/96, de 18 de Abril, Lei n.º 42/96, de 31 de Agosto, Lei n.º 12/98, de 24 de Fevereiro, Decreto---Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho, e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro.

- Crimes de Responsabilidade dos Titulares de Cargos Políticos --- Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, alterada pela Lei n.º 108/2001, de 28 de Novembro, Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho, Lei n.º 41/2010, de 3 de Setembro e Lei n.º 4/2011, de 16 de Fevereiro.
- Regime da responsabilidade civil extracontratual do estado e demais entidades públicas --- Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

9. Empresas municipais

- Regime jurídico do sector empresarial local --- Lei n.º 53---F/2006, de 29 de Dezembro
- Estatuto do gestor público --- Decreto---Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, alterado pela Lei n.º 64---A/2008, de 31 de Dezembro, pelo Decreto---Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro e Declaração de Rectificação n.º 2/2012, de 25 de Janeiro.

10. Expropriações

- Código das Expropriações --- aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro – Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 18/2002, de 12 de Abril; Lei n.º 4---A/2003, de 19 de Fevereiro; Lei n.º 67---A/2007, de 31 de Dezembro; Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho, e Lei n.º 56/2008, de 4 de Setembro.

11. Finanças Locais

- Lei de Enquadramento Orçamental --- Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto alterado por diversos diplomas e republicado pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro.
- Lei das finanças locais --- Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.
- “Lei dos Compromissos” – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.
- POCAL --- Decreto---Lei n.º 54---A/99, de 22 de Fevereiro --- aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)
- Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais --- Lei n.º 53---E/2006, e 29 de Dezembro alterado por Lei n.º 64---A/2008, de 31 de Dezembro e Lei n.º 117/2009, de 29 de Dezembro.

12. Ordenamento do Território e Urbanismo e licenciamento e fiscalização de atividades diversas

- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial --- aprovado pelo Decreto---Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado por: Decreto---Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril; Decreto---Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro; Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro; Lei n.º 56/2007, de 31 de Agosto, e Decreto---Lei n.º 316/2007, de 19 de

Setembro, retificado pela Declaração de Retificação nº 104/2007, de 6 de Novembro; Decreto---Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro; Decreto---Lei nº 181/2009, de 7 de Agosto; Decreto---Lei n.º 2/2011, de 6 de Janeiro.

- Regime Jurídico da Urbanização E Edificação --- Decreto---Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro alterado por Declaração de Rectificação nº 5---B/2000, de 29---02; Decreto---Lei nº 177/2001, de 04---06, rectificado pela Declaração de Rectificação nº 13---T/2001, de 30---06; Lei nº 15/2002, de 22---02; Lei nº 4---A/2003, de 19---02; Decreto---Lei nº 157/2006, de 08---08; Lei nº 60/2007, de 4 de Setembro; Decreto---Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro; Decreto---Lei nº 116/2008, de 4 de Julho; Decreto---Lei n.º 26/2010, de 30 de Março e Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro.
- Regime Jurídico do Licenciamento e Fiscalização de Atividades pelas câmaras Municipais ---Decreto---Lei n.º 310/2002 de 18 de Dezembro, alterado por Decreto---Lei n.º 156/2004, 30 de Junho; Decreto---Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro; Decreto---Lei n.º 114/2008, de 1 de Julho, e Decreto---Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril.

13. Referendo Local

- Regime Jurídico do Referendo Local --- Lei Orgânica n.º 4/2000 de 24 de Agosto

14. Serviços e pessoal das autarquias

- Regime da organização dos serviços das autarquias locais --- Decreto---Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014).
- Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado --- Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.
- Adaptação à Administração Local do Estatuto do Pessoal Dirigente --- Decreto---Lei n.º 93/2004 de 20 de Abril, alterado pelo Decreto---Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e Decreto---Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

15. Tutela

- Regime jurídico da tutela administrativa --- Lei nº 27/96, de 1 de Agosto, alterado por Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro – início de vigência 1 de Dezembro de 2011.

16. Código do Processo nos Tribunais Administrativos e Fiscais

- Lei nº 15/2002, de 22 de Fevereiro --- Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos.
- Lei nº 4---A/2003, de 19 de Fevereiro --- (...) Republica, em anexo, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos
- Lei nº 107---D/2003, de 31 de Dezembro --- Alteração à Lei nº 4---A/2003

17. Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

- Lei nº 13/2002, de 19 de Fevereiro --- Aprova o estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.
- Declaração de Rectificação nº 14/2002, de 20 de Março
- Declaração de Rectificação nº 18/2002, de 12 de Abril

- Lei nº 4---A/2003, de 19 de Fevereiro --- Primeira alteração à Lei nº 13/2002, de 19 de Fevereiro.
- Lei nº 107---D/2003, de 31 de Dezembro --- Segunda alteração à Lei nº 13/2002, de 19 de Fevereiro.
- Lei nº 2/2008, de 14 de Janeiro --- Quarta alteração à Lei nº 13/2002
- Lei nº 26/2008, de 27 de Junho --- Nona alteração à Lei nº 21/85
- Lei nº 52/2008, de 28 de Agosto --- Aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais
- Dec---Lei nº166/2009, 31 de Julho --- Alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

18. Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas

- Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto
- Alterada por: Lei n.º 2/2012, de 02/01--- Lei n.º 61/2011, de 07/12--- Lei n.º 3---B/2010, de 28/04 --- Lei n.º 35/2007, de 13/08 --- Rect. n.º 72/2006, de 06/10--- Lei n.º 48/2006, de 29/08 --- Rect. n.º 5/2005, de 14/02 --- Lei n.º 55---B/2004, de 30/12 --- Lei n.º 1/2001, de 04/01 --- Rect. n.º 1/99, de 16/01 --- Lei n.º 87---B/98, de 31/12

19. Segurança e proteção civil

- Polícias Municipais --- Lei n.o 19/2004, de 20 de Maio --- Revisão da lei quadro que define o regime e forma de criação das polícias municipais.
- Protecção Civil --- Lei n.o 27/2006, de 3 de Julho --- Aprova a Lei de Bases da Protecção Civil.

20. Leis dos Conselhos Municipais

- Conselho municipal de Educação --- Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro.
- Conselho municipal de Segurança --- Lei nº 33/98 de 18 de Julho.
- Conselhos municipais de juventude (Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro)